

Centro de Formação Proformar

Acção:

“CIF: Um Novo Paradigma de Avaliação das NEE”

Reflexão sobre a formação, englobando a transmissão de conhecimentos teórico-práticos e o desenvolvimento de um trabalho de grupo (estudo de caso).

Implicações do modelo na prática profissional individual, no trabalho de equipa e na dinâmica da escola.

Maria Lúsa Lomba Ferreira Gouveia

15 de Novembro de 2007

Estudo de caso/primeiro encontro com a “CIF”

A opção de trabalho do meu grupo recaiu sobre o tema 2 – “Estudo de caso”. A proposta era, em primeiro lugar, à luz da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde e através da sua documentação (que no nosso caso foi adaptada à nossa realidade) planificar o processo de avaliação, através de um Roteiro de Avaliação e de seguida procurar, dentro de algumas componentes, as categorias, expressas em códigos e descrições, que seriam avaliadas por uma equipa técnica. A finalidade era chegar-se a um Perfil de Funcionalidade do aluno em questão e finalmente tomarem-se decisões, relativamente à necessidade ou não da intervenção especializada da Educação Especial e à identificação e fundamentação das medidas e recursos a implementar.

Este modelo pareceu-nos facilitador, organizador de toda a informação. “Arruma” ideias, dados, indica “caminhos”, classifica com a ajuda de uma checklist, que só por si facilita e aclara a informação. A classificação vai sendo realizada através de categorias, de acordo com os domínios mais adequados à situação de cada aluno.

O processo de avaliação, como já referi, foi planificado através da redacção de um roteiro que nos encaminha para a avaliação da Funcionalidade e Incapacidade do aluno levando-nos a conseguir um Perfil de Funcionalidade que, embora descritivo, usa uma linguagem comum, universal para a educação/professores, no nosso caso específico, pois todos usámos categorias e códigos de um todo onde todos trabalham. Universal será também para outros serviços da sociedade que venham a usufruir da organização do trabalho com a CIF.

Relativamente ao facto do Perfil de Funcionalidade ser descritivo há ainda a acrescentar que quantificámos e medimos de modo muito mais rigoroso do que até então. Estamos finalmente a ser mais concretos e objectivos. Toda uma equipa multidisciplinar trabalhou para se chegar a esse Perfil.

Pareceu-nos que o Perfil de Funcionalidade a que se chegou não seria muito diferente se elaborado, à luz da CIF, numa outra qualquer região do país!

Parece-me que avançámos muito na metodologia de trabalho em Educação Especial e para os educadores/professores em geral.

Dificuldades

Em relação ao decurso do trabalho, este foi realizado com avanços e recuos. Fomos percebendo que por vezes debitávamos categorias que posteriormente tínhamos que excluir para incluir outras que, aos nossos olhos, eram as de inclusão obrigatória. Detivemo-nos muito no lê, relê sobre o “incluir/excluir dentro das categorias”, mas percebemos que aquela organização é um adjuvante ao nosso trabalho.

Também porque muito se lê, mas muito se esquece e sendo o manual de categorias e suas definições um livro de consulta e não um romance, escapou-nos a substituição do ponto (.) pelo sinal (+) na codificação, nos “factores ambientais”, quando se comportam como Facilitadores. Não foi à primeira, mas foi à segunda.

A nossa equipa

Fomos uma equipa motivada, por vezes atrapalhada. Que leu, releu, discutiu, discordou, concordou, partilhou dúvidas e grandes descobertas, e mesmo conviveu e lanchou em encontros de trabalho que todos considerámos proveitosos.

Destes encontros produzimos um trabalho “estudo de caso” que partiu da problemática do nosso J.P., um aluno que frequenta uma turma de 3º ciclo numa EB 2/3. Segue um Currículo Alternativo e, segundo o guia orientador de apoio ao processo de elegibilidade (por referência à CIF) foi definida a sua problemática no “Domínio Cognitivo”.

Implicações deste modelo na prática profissional individual, no trabalho de equipa e na dinâmica da escola

Este modelo promoveu a melhoria no trabalho individual, revelando-se um “facilitador”, passando-se o mesmo no campo de trabalho da equipa multidisciplinar.

Relativamente à dinâmica da escola, ainda não nos foi possível transmitir a toda a comunidade Escolar o “novo método de trabalho”, os “novos instrumentos”, os “novos documentos finais”.

No entanto, nós, a equipa de trabalho desta Acção, enquanto actores que cumpriram os papéis de vários técnicos, parece-nos que primeiramente haverá alguma relutância ao novo, ao diferente, mas com a qualidade do trabalho que se produz, os colegas serão ganhos, aos poucos, à medida que vão interiorizando o método e os materiais.

Nós somos os pioneiros, os que mais leram, mais partiram pedra sobre o processo, e seremos também os promotores/difusores do conhecimento das implicações da CIF nas práticas educativas a desenvolver na escola. Mas isso acontecerá a partir de agora e à medida que avancemos para a utilização desta metodologia na problemática de outros alunos.

Sinto que ainda há muito trabalho pela frente. Sentindo-me, contudo, confiante no futuro e na utilização, a mais correcta possível da CIF. Para tal contribuiu, não tenho qualquer dúvida, em primeiro lugar, a formação que recebi através do centro formador, nos encontros com a Dra. Graça Franco, em segundo lugar, e principalmente, a equipa de trabalho que comigo partilhou o “estudo de caso” e as minhas leituras que muitas vezes considerei fastidiosas, mas se tornaram muito proveitosas!

Reflexão de Grupo

Na sequência da publicação dos Decretos-Lei nº 6 e nº 7 de 2001, respectivamente para os ensinos básicos e secundários, na modalidade de Educação Especial aos alunos com N.E.E com carácter prolongado surge uma nova definição deste conceito:

“consideram-se alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado aqueles que experienciam graves dificuldades no processo de aprendizagem e participação nos contextos, escolar, familiar e comunitário, decorrentes da interacção entre factores ambientais (físicos sociais e atitudinais) e limitações de grau acentuado ao nível do seu funcionamento num ou mais dos seguintes domínios: sensorial (visão e audição); motor; cognitivo; comunicação, linguagem e fala; emocional e personalidade.”

A elegibilidade deste tipo de população carece de uma avaliação que contemple em simultâneo as variáveis de diferentes naturezas e os resultados que entre elas se estabelecem.

O novo Sistema de Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) da Organização Mundial de Saúde (2001) permite classificar não apenas os níveis de funcionalidade e incapacidade do indivíduo, como também os factores ambientais que podem funcionar como barreiras ou facilitadores dessa funcionalidade, implicando o envolvimento e o contributo de profissionais de diferentes áreas. A CIF surge, assim, como um elemento facilitador de todo o processo de avaliação de necessidades educativas especiais, uma vez que permite a utilização de uma linguagem comum entre os vários sectores envolvidos (Saúde, Segurança Social, Educação, Trabalho, Economia, Política,). Na CIF o termo funcionalidade aplica-se a todas as funções do corpo bem como à actividade e participação, enquanto que a incapacidade, termo até aqui utilizado, refere-se apenas às deficiências, limitação da actividade e restrições de participação.

Este novo sistema de classificação não rotula a pessoa, descreve-a nos vários contextos. Estabelece uma relação entre as condições de saúde do indivíduo e os factores do seu meio ambiente. Esses factores são externos ao indivíduo mas podem contribuir de forma positiva ou negativa sobre o seu desempenho enquanto membro da sociedade, sobre a sua capacidade para executar acções ou tarefas, ou sobre as funções ou estruturas do corpo.

Para a concretização do nosso estudo de caso foi seleccionado um aluno com necessidades educativas especiais de carácter permanente cuja problemática se enquadra no domínio cognitivo, revelando o aluno, dificuldades de grau moderado ao nível das funções mentais, intelectuais, atenção, emocionais e cognitivas de nível superior. Tendo em conta este perfil de funcionalidade não tivemos dúvidas em considerá-lo como um aluno com N.E.E de carácter prolongado.

Relativamente às medidas educativas definidas para o aluno, d) condições especiais de frequência e i) Ensino especial – currículo alternativo, parecem-nos adequadas atendendo à complexidade do caso. Trata-se de um aluno que não é capaz de aceder ao currículo regular, ainda que adaptado, pelo que foi necessário criar respostas alternativas ao currículo regular. O aluno participa em algumas actividades da escola com alunos do Regime Comum, permanecendo parte do tempo em actividades para ele planeadas. No currículo alternativo delineado para o aluno foram priorizadas as aprendizagens funcionais relacionadas com a leitura, a escrita e o cálculo. Dado o perfil do aluno foram também desenvolvidos contactos e criadas condições para que o aluno frequente um estágio que o prepare para o mundo do trabalho, que presentemente está a desenvolver.

Numa primeira etapa do nosso trabalho, sentimos dificuldade em delimitar o número de categorias, que foram excessivas, mas após uma análise mais aprofundada das mesmas, verificámos que a possibilidade de umas se excluírem às outras serviu de facilitador na sua selecção.

Este tipo de modelo parece-nos contribuir para uma escola mais inclusiva tendo em conta que se verifica um alargamento das equipas de trabalho, distribui responsabilidades ao implicar mais intervenientes nas tomadas de decisão e favorece a partilha de saberes.

Por outro lado, a CIF ao introduzir uma mudança de paradigma, em que se passa de um modelo de foro médico para um modelo biopsicossocial e integrado na funcionalidade e incapacidade humana que integra os factores ambientais e a relação pessoa/meio ambiente na abordagem da deficiência, pode vir a permitir uma maior correcção do problema da sinalização e por conseguinte, uma melhor focalização das diversas políticas para uma escola inclusiva. (Capucha e Pereira, 2007) ¹.

Contudo, por si só, a implementação da CIF nas escolas não é suficiente para se implementar uma escola mais inclusiva. É necessário que ocorram, em simultâneo, mudanças a nível da gestão e no funcionamento das escolas, nas estruturas e conteúdos dos currículos, no relacionamento das escolas com as famílias e a comunidade, bem como devem ser revistos os modelos de formação e as práticas dos professores (Bairrão, citado em Capucha e Pereira, 2007)¹.

¹ Integração das pessoas com deficiência, Cadernos Sociedade e Trabalho, n.º 8, 2007, pp. 83-100